

**JOSÉ MÁRCIO OLIVEIRA REIS**  
**KECIANE COSTA DA CRUZ**  
**RAYLANA PEREIRA DE CASTRO**  
**RUBENS PEREIRA DE CASTRO NETO**  
**VALDOMIRO PEREIRA DA SILVA NETO**

O CONVÍVIO ESCOLAR DO DEFICIENTE AUDITIVO: O PROFESSOR DE  
EDUCAÇÃO FÍSICA E A INCLUSÃO.

Artigo científico apresentado à Faculdade AGES de Senhor do Bonfim no curso de licenciatura em Educação Física para obtenção da nota parcial do Trabalho de Conclusão de Curso sob a orientação da Professora: Esp. Claudiana Ribeiro dos Santos Andrade.

NOVEMBRO/2021

## **O Convívio Escolar do Deficiente Auditivo: o professor de Educação Física e a inclusão.**

**Alunos:** José Márcio Oliveira Reis,  
Keciane Costa da Cruz,  
Raylana Pereira de Castro,  
Rubens Pereira de Castro Neto,  
Valdomiro Pereira da Silva Neto.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup> Esp. Claudiana Ribeiro dos Santos Andrade

### **RESUMO**

Diante do fato dos grandes desafios que muitos docentes encontram na escola para inserir metodologias de ensino das atividades físicas com alunos surdos e mantê-los na escola, o presente trabalho busca analisar as premissas da educação inclusiva no que tange o papel do professor de Educação Física com alunos que possuem Deficiência Auditiva, as análises deste artigo são feitas por meio de uma pesquisa bibliográfica de livros e artigos científicos referentes ao tema. Alguns professores não possuem preparação adequada para lidar com discentes que tem essa deficiência específica e, por muitas vezes, acaba por segregá-lo, no entanto, leis e políticas públicas protegem o direito de uma educação de qualidade para esses estudantes. Desse modo, trouxemos algumas teorias de autores que dialogam com a temática, estando a nossa pesquisa pautada da metodologia qualitativa, a qual traz hipóteses levantadas, chegando à conclusão que o ato de incluir não depende apenas do professor de Educação Física, mas de toda comunidade escolar e primordialmente da intervenção dos órgãos responsáveis por leis que garantam os direitos dos deficientes enquanto seres humanos.

**Palavras-Chave:** Inclusão; Acessibilidade; Leis; metodologias.

### **<sup>1</sup>INTRODUÇÃO**

Definido como a perda parcial ou total da audição, devido a fatores genéticos, ou algum acidente no decorrer da vida a Deficiência Auditiva é atualmente um grande desafio presente na sociedade atual, que busca por inclusão e acesso a diferentes meios sociais. Esses por sua vez, necessitam de recursos didáticos e pedagógicos para ser trabalhado as individualidades desses alunos nas aulas de Educação Física. A lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (Lei Nacional

---

<sup>1</sup> Faculdade Ages Senhor do Bonfim-BA – ÂNIMA EDUCAÇÃO

de Acessibilidade) estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade em prol das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

De acordo com Brasil (1998) a disciplina de Educação Física deve estar dentro do que se recomendam nos Parâmetros Curriculares Nacionais, o tratamento das temáticas que beneficia os estudantes que tenham aptidão e os que tenham alguma deficiência, visando assim oportunizar a interação e autonomia entre os mesmos, associados à compreensão corporal tendo a disciplina indispensável dentro da unidade escolar.

No entanto, de acordo com Nunes (2007) a estrutura das instituições públicas não oferece espaços dignos a esses alunos com necessidades, além disso, há alguns funcionários das escolas que não estão corretamente capacitados para lidar com essas pessoas, tornando-se um grande desafio na educação. O autor diz ainda que, grande maioria dos professores das escolas não se sentem preparados para dar aulas a alunos com deficiência auditiva, muitos destes profissionais não tem o devido conhecimento e preparo para ensinar estes alunos. É considerado dever da escola acolher qualquer tipo de pessoa sem exceção e possibilitando que eles tenham acesso a uma educação justa e de qualidade onde sejam tratados de forma igualitária.

A acessibilidade nas escolas, assim como a inclusão dever a base do desenvolvimento da criança com deficiência, uma vez que é previsto em lei, previsto também na constituição, assim como na Declaração de Salamanca (1994) que diz que o aluno deve ser acolhido e receber o mesmo nível de ensino independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras.

Pode-se dizer que as mudanças ocorridas nas últimas décadas entendem o quanto a educação inclusiva é importante, para acolher os estudantes com deficiência auditiva que frequentam as escolas regulares, uma vez que existem leis que respaldam pessoas com tais deficiências. Mesmo que em passos lentos já é possível presenciar a participação de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física.

Diante de qualquer trabalho acadêmico necessita-se colocar estratégia que venha nortear os pesquisadores na revisão de literatura, trazendo para o meio acadêmico a seguinte pergunta pedagógica: qual o papel da educação física na inclusão de pessoas com deficiência auditiva? Seguindo com o objetivo geral que

busca destacar a importância de entender como os professores de Educação Física podem trabalhar com alunos que possuem deficiência auditiva, tendo como base a revisão de literatura e o referido objetivo: Analisar a revisão da literatura a respeito do conhecimento dos professores de educação física.

Diante da pergunta e objetivo, é possível então levantar a seguinte hipótese, de que é das autoridades governamentais a responsabilidade de criar leis e, políticas públicas para suprir com a necessidade de acessibilidade e inclusão nas escolas, ressaltando ainda que para melhorar a qualidade é necessário que ofereça formação continuada aos docentes para que possa sanar as dificuldades que surgirão. De acordo com a Lei 9396/96 (LDB – Leis de Diretrizes e Bases. Lei nº 9.394, 1996), todos os alunos tem o direito de usufruir de uma escola de ensino regular com o todo e qualquer cidadão conforme cita a Lei de Diretrizes e Bases da educação atual.

## **METODOLOGIA**

Para a realização deste trabalho, adotou-se a metodologia qualitativa com pesquisa bibliográfica, uma vez que não nos preocupamos com a representação numérica dos fatos pesquisados, mas sim com o aprofundamento da compreensão do caso que é objeto de estudo, a fim de se compreender como é realizada a assistência educacional para o aluno com deficiência auditiva.

A pesquisa qualitativa, segundo Minayo (2003) trata-se de uma atividade da ciência, que visa à construção da realidade, mas que se preocupa com as ciências sociais em um nível de realidade que não pode ser quantificado, trabalhando com o universo de crenças, valores, significados e outros construtos profundos das relações que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Para o levantamento de dados buscamos artigos científicos e livros publicados em editoras e revistas a fim de dialogar com a problemática descrita neste artigo e que também trazem pontuações relevantes acerca do tema desenvolvido.

Foram levantados dados partir da leitura de documentos como: a Declaração de Salamanca, A Lei de Diretrizes e Bases, Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, assim como autores conceituados como: Gargote (2004) Nunes (2011) Costa (2009) dentre outros.

A utilização da metodologia mencionada foi fundamental para que se obtivesse uma maior compreensão acerca das dificuldades encontradas pelos professores no processo de inclusão do aluno com deficiência auditiva na sala de aula comum do ensino regular.

## **REVISÃO DA LITERATURA**

### ***Contextualização do problema***

Sabe-se que ao longo dos anos a problemática da deficiência auditiva tem sofrido várias alterações, desta forma, o intuito é proporcionar as mesmas oportunidades que os indivíduos sem necessidades especiais possuem, assim, nos dias de hoje é importante proporcionar cada vez mais as melhores condições para esses cidadãos.

Segundo Nunes (2007) o ensino de Educação Física de qualidade para esses alunos no ensino regular é visto como um dos objetivos da política educativa do Brasil, o papel do professor de Educação Física é fundamental enquanto agente de mudança, favorecendo a compreensão e a tolerância, uma vez que, nunca foi tão evidente como hoje em dia. Os professores têm um papel muito importante na formação positiva desses alunos, devido ao processo de ensino-aprendizagem.

De acordo com Nunes (2007) a condição de deficiência estudada é a deficiência auditiva uma vez que tem uma incidência de 3% (1646 alunos) no universo de educandos com necessidades educativas especiais no ensino regular nas escolas (Ministério da Educação, 2004/05). Cada vez mais na escola, tem o objetivo de incluir todos os alunos, sejam quais forem as suas características ou carências, deste modo, é necessário estruturar ambientes de aprendizagem com o objetivo de promover a inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais.

Ao que se refere à necessidade de uma formação específica para os(as) docentes que atuam na educação básica, é relevante a discussão de que esses(as) não estão preparados para atuar com estudantes portadores de Deficiência Auditiva, para tanto é fundamental que alguns docentes sejam relutantes em praticar alguma atividade esportiva com estudantes deficientes auditivos pois alegam insegurança e medo de que estes se machuquem (COSTA, 2009, Apêndice C, p.184).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB, nº 9394/1996), estabelece que os sistemas de ensino assegurem aos professores especializados

ou devidamente capacitados, atuar com qualquer pessoa especial na sala de aula, tendo em vista que a maior preocupação estabelecida nas diretrizes, é que o aluno não apenas frequente a sala de aula, mas que seja atendido, conforme suas necessidades. Dentro do princípio de inclusão, podem dizer que uma escola inclusiva é aquela que educa todos os alunos dentro da sala de aula.

De acordo com Brasil (1998) os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), a diversidade no âmbito escolar é importante já que garante o acesso à escola, visando o ensino de qualidade. A escola tem o papel de tornar mais forte o respeito à diversidade, e a não aceitação da desigualdade, pois as diferenças devem ser vistas como um incentivo para que se cumpra uma educação de qualidade.

Os PCNs também têm importante papel no processo de inclusão, visto que foram criados com o objetivo de obter um vínculo entre escola e sociedade, além de ser um fator de extrema importância para a educação, no século atual. Há uma expectativa que a escola forme cidadãos críticos, que participe das atividades dentro da sociedade, e que respeite as diferenças.

### ***Delimitação do problema***

Este contexto de profundas modificações na visão do “ensino regular” e do “ensino especial”, Gorgatti (2004) diz que, além das discussões por elas geradas, a inclusão vem motivando muitos projetos de pesquisa na área, especialmente no âmbito da educação física escolar, visto que, na maioria das vezes, mesmo o aluno tendo acesso à escola, ele é dispensado das aulas de educação física. O mesmo autor afirma que, talvez por confundir deficiência com doença, ou até mesmo por comodismo ou total falta de informação, o fato é que muitos professores privam seus alunos “especiais” da oportunidade crucial de vivenciarem experiências motoras e recreativas. Essa falta de oportunidade fatalmente trará consequências, por vezes, irreparáveis.

Muitos fatores influenciam o sucesso da assimilação de estudantes com deficiência na corrente principal das aulas de educação física, como a importância de ressaltar a atitude do docente de educação física que é crucial. Recentes investigações, que Rizzo e Vispoel (1991) destacam que as atitudes de professores de educação física variam de acordo com o professor, o estudante e as suas variáveis relacionadas.

Nos processos de inclusão escolar é recorrente o discurso de que um dos entraves a inclusão é exatamente os problemas na formação docente, frente a essa assertiva, Castellanos apud Valdéz (2003), faz a seguinte consideração:

[...] entende-se que é necessário desencadear estudos que possam contribuir para uma formação complementar especial do professor de Educação Física que atenda às necessidades educacionais especiais tanto do aluno deficiente auditivo como de outras deficiências, favorecendo uma inclusão de qualidade. E quando se fala em processo de inclusão, já é um motivo que leva ao aprimoramento da formação profissional dos professores, constituindo um motivo para que a escola se modernize em prol de uma sociedade a qual não deverá haver espaços para preconceitos, discriminação, barreiras sociais e/ou culturais (p.196).

Partindo dessa premissa, o processo de inclusão no ensino regular, em especial ao que se refere aos cursos de formação docente para atuar na Educação Básica, parece não ter preocupação com a qualidade de ensino dos estudantes. Nesse sentido, Vitalino (2007) observa:

Outra concepção que dificulta a igualdade de oportunidades é o fato dos professores não se responsabilizarem pela aprendizagem do aluno, normalmente, os professores não percebem que o "processo de ensino aprendizagem é um processo repartido, interativo e de responsabilidade mútua do professor e do aluno" (p.402).

Segundo Ferreira e Campos (2002) a princípio, os indivíduos com deficiência auditiva eram mantidos à margem da sociedade, ou através da rejeição e segregação, ou por meio da veneração e superproteção. Posteriormente, com a evolução das sociedades humanas e com as alterações a nível político, cultural e científico, os indivíduos com deficiência passaram a ser vistos como pessoas com capacidades em diferentes áreas (médica, ocupacional, vocacional e social), e como cidadãos de pleno direito.

Tomaz (2002) diz que ao longo dos anos a definição de deficiência auditiva tem sofrido inúmeras alterações, no entanto, é caracterizada, de uma forma geral, por não ser capaz de realizar algo, pessoa com deficiência não podem participar em atividades ditas normais devido à sua incapacidade física ou déficit intelectual, ainda citando o mesmo autor.

De acordo com Ribas apud Lewis (2003) o termo "pessoa deficiente" refere-se a qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência, congênita ou não, nas suas capacidades físicas e mentais.

Lewis (2003) define deficiência como qualquer restrição ou falta de habilidade para realizar uma atividade de igual forma que um indivíduo dito normal, essa falta de habilidade pode resultar de uma anomalia psicológica, fisiológica ou anatômica.

De acordo com os dados da Organização Mundial da Saúde, 10% da população mundial tem algum problema auditivo, desde um leve distúrbio até a surdez total, os censos realizados em 2001 mostra que 0,8% da população portuguesa tem deficiência auditiva, conforme a associação portuguesa dos surdos (APS) existe 150 mil deficientes auditivos portugueses de diferentes graus.

Para Sant´ana (2005) a inclusão de crianças com necessidades especiais, em especial, alunos surdos, nas aulas de Educação Física escolar é um desafio a ser vencido pela escola e sociedade, uma vez que objetiva a educação para todos, além de estimular a convivência com as crianças, o conceito de educação inclusiva se dá por alguns aspectos como, compartilhar o mesmo espaço físico, integração na sociedade, adaptações no ensino, participação de todos nas aulas e o direito à educação

Para Venturini et al (2010) a Educação Física contribui para o desenvolvimento do afetivo, social, e intelectual de alunos com deficiência auditiva, pois o incentivo à inclusão torna a autoestima e a autoconfiança mais evidente e assim não há desigualdade, a adequação correta da Educação Física para alunos deficientes evidencia a compreensão de limitações e capacidades, estimulando o desempenho do aluno. É essencial que o professor conheça seu aluno e sua necessidade educacional especial, se houver, pois atualmente esta disciplina não trabalha apenas com alunos ditos normais, mas também frisa a importância da prática inclusiva de alunos especiais em suas aulas.

A Educação Física Adaptada é uma área da Educação Física que tem como objeto de estudo a motricidade humana para as pessoas com necessidades educativas especiais, adequando metodologias de ensino para o atendimento às características de cada portador de deficiência, respeitando suas diferenças individuais (DUARTE E WERNER, 1995. p 9).

Segundo Bueno e Resa (1995), a Educação Física Adaptada para os que possuem deficiência auditiva não se diferencia da Educação Física em seus conteúdos, mas compreende técnicas, métodos e formas de organização que podem ser aplicados ao indivíduo surdo, é um processo de atuação docente com planejamento, visando atender às necessidades de seus educandos.

Silva e Pereira (2003) também observaram que, embora considerem os alunos surdos inteligentes, bem-comportados e com potencial para aprendizagem, todas as professoras pareciam tratá-los como tendo muita dificuldade para acompanhar o processo escolar, a maioria delas relacionou as dificuldades de aprendizagem à falta de linguagem. As autoras concluíram que, apesar de as professoras apresentarem em seus discursos a ideia de que os alunos surdos tinham todas as condições de serem incluídos, na prática, eles continuavam sendo excluídos.

Guarinello et al. (2006) conclui em seu estudo, que a inclusão de surdos no ensino regular significa mais do que apenas criar vagas e proporcionar recursos materiais, é necessário que a escola e a sociedade sejam inclusivas, assegurando igualdade de oportunidades a todos os alunos e, contando com professores capacitados e comprometidos com a educação de todos.

O trabalho na escola da rede pública de ensino para a inclusão deficiente auditivo ainda é muito precário, dentre estas precariedades é possível citar casos de professores que não tem uma formação adequada para trabalhar com esse tipo de inclusão, situação que era muito precária em 2009, outra situação diz respeito às práticas pedagógicas adaptadas às diferenças individuais que vêm sendo promovidas dentro das escolas do ensino regular, faltam metodologias, procedimentos pedagógicos, materiais e equipamentos adaptados.

O professor especializado deve valorizar as reações afetivas de seus alunos e estar atento a seu comportamento global, para solicitar recursos mais sofisticados como a revisão médica ou psicológica. Outro fato de extrema importância na educação especial é o fato de que o professor deve considerar o aluno como uma pessoa inteligente, que tem vontades e afetividades e estas devem ser respeitadas, pois o aluno não é apenas um ser que aprende, mas que também contribui para a disseminação da educação.

Alguns aspectos devem ser considerados importantes na relação do professor com o aluno deficiente auditivo, tais como, nunca referir-se a um aluno deficiente auditivo como um indivíduo surdo-mudo, pois na maioria das vezes não falam porque não aprenderam a falar, ao comunicar-se declarar bem as palavras, procurando posicionar-se a frente do indivíduo, utilizar tom de voz normal, não desviar o olhar, colocá-lo a frente da turma e estar atento ao tipo de comunicação utilizada.

## CONCLUSÃO

Na concepção de Facion (2012, p.81) a educação “é uma demanda dos direitos humanos, e os indivíduos com necessidades especiais devem fazer parte das escolas, as quais devem modificar seu funcionamento para incluir todos os alunos”. Pois sabemos o quão é difícil a inserção de alunos que tem alguma deficiência e em especial a integração de estudantes auditivos, pois ao fazer as leituras dos artigos ficou claro o quanto precisa melhorar as escolas, tanto por parte das estruturas quanto a parte da formação de alguns profissionais.

O presente artigo procura demonstrar os resultados por meio da pesquisa na revisão de literatura, onde vem proporcionar discussão acerca do tema “O convívio escolar do deficiente auditivo: O professor de Educação Física e a Inclusão”. Abordando a realidade das escolas. Diante das pesquisas realizadas procuramos apresentar ao leitor a relação entre a Educação Física e a formas de como vem sendo trabalhada e discutida a inclusão escolar.

Dirigiu-se a realizar a revisão de literatura procurando nos repositórios de artigos científicos google acadêmico e scielo. Trazemos como base para construção desse trabalho uma busca em artigos científicos publicados, onde realizamos uma seleção na hora de escolher os mesmos, sendo criteriosos e atentos na hora de escolher editorial por relevância ao nosso tema buscamos sites confiáveis e autores que defendem a Inclusão.

Por fim, podemos observar mediante aos fatos citados acima que, o professor de Educação Física contribui de forma satisfatória na educação inclusiva de deficientes com surdez e alunos com perda auditiva estimulando a prática de atividades que amplie a comunicação do aluno com o meio externo, possibilitando assim, a interação do discente com a sociedade que o cerca e, contribuindo para a inclusão dos alunos que apresentam surdez total ou parcial, promovendo a execução de atividades tanto específicas, como atividades que envolvam surdos e ouvintes levando em conta que o principal papel do professor de Educação Física é quebrar preconceitos e promover a socialização entre as diferenças, gerando, inicialmente, transformação na sala de aula, atingindo todo ambiente escolar e, por fim, toda a sociedade.

Se faz necessário lembrar durante as aulas de Educação Física Escolar que cada criança tem capacidade de aprender, cada qual no seu tempo, o ritmo da

criança com deficiência auditiva é menor, pois ela necessita de um tempo para entender o que o professor fala, diante dessa situação, a educação inclusiva necessita de uma demanda humana e social, torná-la uma realidade é um desafio para os educadores, pais e comunidade e os caminhos para a escola inclusiva, devem ser os caminhos a serem trilhados por todos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física**, Brasília, 1998. O Convívio Social e Escolar do Deficiente Auditivo: O Papel da Educação Física nesse Espaço.  
BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Estabelece normas gerais e critérios para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 20 de dez. 1989. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/legislacao/> . Acesso em: 10 jan. 2012.

BRASIL. **Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Educação Física**, 3º e 4º ciclos, v. 7, Brasília: MEC, 1998.

BUENO, S. T.; RESA, J.A.Z. **Educacion Fisica para niños y niñas com necesidades educativas especiales**. Malaga : Ediciones Aljibe, 1995.

COSTA, V. B. **A Prática Social da Convivência Escolar Entre Estudantes Deficientes Visuais e seus Docentes: o estreito caminho em direção à inclusão**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**, 1994, Salamanca-Espanha.

DUARTE, E.; WERNER, T. **Conhecendo um pouco mais sobre as deficiências**. In: **Curso de atividade física e desportiva para pessoas portadoras de deficiência: educação à distância**. Rio de Janeiro: ABT: UGF, 1995, v. 3.

FACION, J. R. **Inclusão escolar e suas implicações [livro eletrônico]**. Curitiba: Intersaberes, 2012.

FERREIRA, J.P. & CAMPOS, M.J. **Textos de Apoio FCDEF-UC**. Ensino Integrado. 2005.

GORGATTI, M.G. et al. Atitudes dos professores de Educação Física do ensino regular com relação aos alunos portadores de deficiência. **Revista Brasileira Ci. e Mov**. Brasília v.2, n 2, p.63-68. 2004.

LOPES, A. W. A.; VALDÉS, M. T. M. Formação de Professores de Educação Física que atuam com Alunos com Necessidades Educacionais Especiais (Deficiência Auditiva): uma experiência no ensino fundamental da rede pública de Fortaleza. **Revista Brasileira Educação Especial**, Marília, v. 9, n. 2, p.195-210, 2003.

NUNES, I. **Atitudes dos Professores Face à Inclusão de Alunos com Dificuldades de Aprendizagem do Domínio Cognitivo Motor**. Ministério da Educação (2004/2005). 2007 [http://www.dgidec.min-edu.pt/especial/CDI\\_observatorio.asp](http://www.dgidec.min-edu.pt/especial/CDI_observatorio.asp) acesso em 12/11/2021.

RIZZO, T. L. & VISPOEL, W. P. **Physical Educators Attributes and Attitudes Toward Teaching Students With Handicaps**. *Adapted Physical Activity Quarterly*, 8, 4-11. 1991.

SANT´ANA, M.I. **Educação Inclusiva: concepções de professores e diretores**. *Psicologia em Estudo*. Maringá, v. 10, nº 2, 2005.

THOMAS, C. **Disability Theory: Keys Ideas, Issues and Thinkers**. In *Disability Studies Today*. 2002.

VITALINO, C. R. **Análise da Necessidade de Preparação Pedagógica de Professores de Cursos de Licenciatura Para Inclusão de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais**. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v.13, n. 3, Marília, 2007.